CDDPH

ESTADO DE SÃO PAULO

Projeto muda o Conselho de Direitos

29 JUL 1982

Da sucursal de
BRASÍLIA

O projeto do senador Humberto Lucena, do PMDB da Paraíba, acaba com o sigilo das reuniões do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e altera sua composição, com o objetivo de eliminar sua subordinação ao Executivo. Com isso, seria permitido à oposição participar das reuniões, o que deixou de acontecer desde as mudanças introduzidas no funcionamento e na composição do órgão, por iniciativa do ex-senador Rui Santos, que pertencia à Arena baiana, no governo do presidente Médici.

Em agosto, o autor do projeto pretende discutir o assunto com o líder Odacir Klein e com os dirigentes do PMDB, com o objetivo de reativar a proposição, que ainda depende de deliberação da Comissão de Justiça do Senado. Segundo Humberto Lucena, o Conselho poderia cumprir missão relevante, se tivesse liberdade de atuação. "Mas, infelizmente, desde sua criação, o CDDPH não tem cumprido sua tarefa, que deveria ser a de receber e investigar denúncias de violação dos direitos humanos", afirmou.

O líder da minoria, no entanto, confirmou que há tendências, no próprio partido, favorável à extinção do Conselho, como é o caso do 2º secretário da Câmara, deputado Carlos Wilson; do vice-líder do PMDB na Câmara, deputado Pimenta da Veiga; e do vice-líder do PMDB no Senado, Itamar Franco, que consideram o órgão "inócuo e, portanto, dispensável".

Segundo Carlos Wilson, "num regime de normalidade democrática, as denúncias da violação dos direitos humanos deveriam ser investigadas e as responsabilidades apuradas pelo Legislativo e pelo Judiciário. Mas é inútil um órgão integrado ao Executivo apurar denúncias de crimes praticados por seus próprios agentes".

O próprio senador Humberto Lucena admite examinar a proposta de extinção do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, caso se mantenham o sigilo e a composição "facciosa" do órgão. O deputado Edson Lobão, do PDS-MA, porém, discorda desta posição e afirma que, "se faltam denúncias de violação dos direitos humanos, isto se deve ao projeto de abertura democrática do atual governo".